

## **O CARÁTER INTENSIVO DA ATIVIDADE AGRÁRIA E CAMPESINATO EM SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, SERRA FLUMINENSE.**

**José Grabojs – Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
[grabojsj@yahoo.com.br](mailto:grabojsj@yahoo.com.br)

**Lucia Helena da Silva Cezar**

**Cátia Pereira dos Santos**

**Daniela da Silva Egger**

**Leonardo da Silva Lima**

**Camilla Fernandes de Aquino**

**Silvia Salles Neves**

*“Não tenho renda. Minha renda na realidade é meus braços. Minha renda é trabalhar”.* (Camponês de Minas Gerais que vem trabalhar como assalariado na colheita do caqui em São José do Vale do Rio Preto quando perguntado sobre a renda obtida em sua propriedade nesse estado).

OBJETIVOS – Do ponto de vista teórico buscamos apresentar através deste estudo de caso um exemplo paramétrico de permanência do campesinato num espaço onde coexistem o moderno, representado basicamente pela avicultura em grande escala e o tradicional constituído na maior parte pela cultura do chuchu à qual se vincula a unidade de produção camponesa. Pretendemos, assim, contribuir para uma reflexão sobre o caráter e as transformações que historicamente a pequena produção vem assumindo no Brasil. Tendo em vista a questão social a pesquisa foi pensada com o sentido de fornecer subsídios para implementação de políticas públicas coerentes com um ideário efetivamente comprometido com os dominados, visando a consecução de uma reforma agrária.

REFERENCIAL TEÓRICO – Em termos gerais o presente estudo apóia-se no pressuposto de que uma dada realidade econômica e social só pode ser compreendida considerando-se, de maneira integrada, os múltiplos fatores que a compõem. Assim, a sociedade deve ser encarada como um conjunto de relações de trabalho e convívio social, incluindo formas mais ou menos elaboradas de consciência coletiva. Estruturada em classes sociais, esta sociedade se sustenta num determinado espaço que é modificado e aproveitado pela população mediante técnicas e formas de produção e intercâmbio, historicamente condicionados.

Mais especificamente, o trabalho situa-se no bojo do debate sobre a existência do que entendemos como uma Economia Política da pequena produção familiar camponesa. A atualidade deste debate pode ser apresentada através de duas opiniões divergentes:

Conforme ABRAMOVAY (2002):

*“O golpe não para por aí: esta perda de importância do pequeno produtor é correlativa à perda de importância da própria agricultura e a sua substituição pelo complexo agroindustrial como unidade analítica fundamental. Os trabalhos pioneiros de Geraldo Müller (que culminaram com a publicação*

*de seu livro, em 1989) e depois os dos pesquisadores da UNICAMP dizem exatamente isto: não só a pequena produção tem um peso econômico cada vez menor, como a própria agricultura vai perdendo importância. Há duas conseqüências aí: em primeiro lugar, não é possível pretender apoiar qualquer medida consistente de redistribuição de renda que tenha por base fundamentalmente a agricultura. Em segundo lugar, não existe mais economia agrícola, sociologia rural etc. O que há é a economia política do complexo agroindustrial.” (Grifo nosso)*

Numa outra vertente, de acordo com MARQUES (2002):

*“Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida simplesmente. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro - o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. O campesinato é uma classe social de baixa ‘classicidade’ que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (Taussig, 1980:10).”*

Assumindo esta segunda perspectiva metodológica, buscamos compreender, conforme as estratégias ditadas pelo capital, como em São José do Vale do Rio Preto a avicultura veio a fixar-se quase totalmente na órbita da grande produção e a maioria dos camponeses foi levada a abandonar esta atividade, dedicando-se essencialmente à horticultura. Cabe também refletir sobre o modo pelo qual os mecanismos que geraram as mudanças no âmbito da produção engendraram de forma diferenciada as relações de subordinação.

Não concordamos com Abramovay (2002) quando defende a idéia de que existe apenas a “*economia política do complexo agroindustrial*”. A rigor pensamos existir, com suas características próprias, uma Economia Política da pequena produção. Do mesmo modo e de acordo com Pacheco (2002) divergimos das idéias de Graziano da Silva (1993) quando afirma que “*os produtores não integrados – possuam grandes ou pequenas extensões de terra – estarão condenados a atividades marginais do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora.*”

METODOLOGIA – Consoante os objetivos da pesquisa e corroborando o pensamento de autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997), Maria Emília Lisboa Pacheco (2002), Marta Inez Medeiros Marques (2002) e João Pedro Stédile (2002) a respeito da permanência do trabalho camponês, abordou-se a evolução econômica do município e seus reflexos nas sucessivas reordenações espaciais e nas transformações sofridas pelo campesinato. Apoiados no fato de que o estudo geográfico, entre outras coisas, possibilita a percepção dos termos concretos das relações sociedade–espaço, nas quais está implícita a consideração de uma perspectiva histórica e levando em conta no desenvolvimento do estudo o trinômio terra – capital – trabalho, contemplamos os seguintes assuntos: evolução da economia, morfologia agrária, sistemas agrícolas, estrutura

fundiária, relações de trabalho, comercialização e impactos ambientais. No sentido de alcançar o que foi proposto, efetuamos inicialmente o levantamento e a análise de material bibliográfico, cartográfico e de dados secundários. Além do trabalho em gabinete e buscando criar condições de maior aproximação possível da realidade, enfatizamos o trabalho de campo, feito em diferentes etapas. Ele compreende a aplicação e interação permanente de duas técnicas: a realização de entrevistas e a observação direta da paisagem na qual se materializa o processo de produção do espaço.

**RESULTADOS** – O município, com 240 km<sup>2</sup> de área, foi desmembrado de Petrópolis em 1989. Dos 19.278 habitantes, 53,3% vivem no campo. Seu povoamento liga-se à expansão da cafeicultura desde a primeira metade do século XIX, coexistindo grandes fazendas e inúmeros sítios de café. (Ver foto 1) Nestes, unidades de produção camponesa, onde também se praticava a agricultura tradicional e a criação de pequenos animais, estão, em parte, as origens do atual quadro agrário do município.



**FOTO 1** – Sede de antiga fazenda de café com terreiro de secagem em primeiro plano. (Fazenda Calçado Grande)

A estagnação econômica decorrente da débâcle do café com a crise de 1929 promoveu a busca por alternativas. A partir da segunda metade dos anos 1940, sobretudo nas duas décadas seguintes, cresceu progressivamente a avicultura para produção de ovos e também a horticultura (chuchu e vagem). Data também desta época a introdução da cultura do caqui, atividade vinculada principalmente à grande produção que utiliza trabalho assalariado proveniente, em grande parte, das unidades de produção camponesa locais, de outros municípios do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. (Ver foto 2) No início da década de 1970 reorganiza-se em algumas fazendas importantes a lavoura do café. A existência do campesinato favoreceu em maior ou menor grau o estabelecimento dessas atividades agrárias intensivas.

O município de São José do Vale do Rio Preto é tido por muitos produtores locais como pioneiro em granjas de galinheiros confinados. Boa parte de um campesinato que se dedicava à horticultura (produtos de 'caixaria'), fundamentalmente ao cultivo do chuchu e da vagem, iniciou a criação de galinhas poedeiras. A avicultura, na origem de caráter suplementar, transformou-se em atividade principal, trazendo melhoria do nível de renda das famílias camponesas, o que favoreceu sua reprodução.



**FOTO 2** – Além das pastagens que substituíram os antigos cafezais, marcam a paisagem as duas principais atividades do município: a avicultura e a lavoura do chuchu. Na encosta inferior das colinas localizam-se os galpões da granja de criação de frangos para abate. As rampas de fraca declividade, vistas no centro da foto, foram aproveitadas para o plantio do chuchu. (Fazenda Boa Vista)

Desde os anos 1970, na medida em que a doença Newcastle afetou a criação de galinhas, os produtores passaram a privilegiar a criação de frangos para abate. Significativa atividade econômica local, a avicultura, com 22,3% do plantel estadual, está hoje na órbita da grande produção, capitalizada e modernizada. A pequena produção camponesa foi muito mais expressiva; mas, desprovida de recursos financeiros, sofreu forte impacto com a elevação dos custos de produção (medicamentos e principalmente rações) e com a queda dos preços de venda que findaram por excluí-la do processo produtivo.

A criação e expansão da grande empresa fazem parte das transformações da estrutura produtiva que se verificam a partir da década de 1970 e que afetaram fortemente a economia do município. Nem todos, porém, iniciaram a avicultura para corte nesta época; o exemplo mais significativo é o das Granjas Raposo cuja produção de frangos para o abate data do início dos anos 1990. Até meados desta década a criação de frangos que era compensadora para todos os avicultores torna-se cada vez menos rentável para os pequenos. Na opinião de produtores locais o Plano Real estabilizou os preços, ocasionando o aumento da produção de aves no país. Os grandes centros produtores, como São Paulo, foram beneficiados porque estão próximos das fontes de insumos para a fabricação de rações. No entanto, o preço da ração em São José do Vale do Rio Preto aumentou por causa da distância das áreas produtoras de milho e soja. A avicultura mostrou-se assim, inviável para os pequenos produtores que a abandonaram por conta da escala da produção. Neste contexto acentuou-se fortemente a concentração da produção nas mãos de grandes e mega produtores que já existiam desde o início da década de 1970, restando, ainda, alguns médios avicultores. Não é por acaso que produtores como as Granjas Raposo fabricam sua própria ração em modernas

instalações, possuindo também importante frota de caminhões especializados no transporte do milho e da soja, da ração e dos animais para os abatedouros (Ver fotos 3 ,4, 5 e 6). Enquanto um pequeno produtor tinha um “giro” – ciclo de produção de dois meses – de 20 a 30 mil cabeças, o maior produtor local (Granjas Raposo) entrega atualmente para os abatedouros dois milhões de cabeças por “giro”! Frente a tal circunstância a alternativa para os pequenos foi arrendar as granjas para produtores maiores em troca da “cama” dos galinheiros. Para o grande produtor o arrendamento é um meio de garantir maiores lucros, já que seus gastos com as instalações se reduzem. Direta ou indiretamente o pequeno produtor auferir alguma renda, ao vender e/ou utilizar o esterco nas suas lavouras.



**FOTOS 3, 4, 5 e 6** – O agronegócio está aqui representado pelas instalações da fábrica de rações das Granjas Raposo, a maior produtora de aves do município e por sua frota especializada de caminhões para transportar matéria-prima, ração e animais vivos.

Em suma, a participação da produção camponesa na avicultura foi viável num momento em que tal atividade não se ligava tão fortemente à grande empresa. Quando ela adquire maior importância no mercado tira de cena o camponês. Em face desta nova conjuntura a lavoura do chuchu volta a constituir a alternativa da pequena produção camponesa para sua permanência.

Além da avicultura, a grande produção dedica-se às lavouras do caqui e do café. Na primeira, pode-se encontrar sistemas agrícolas diferentes: um representado pela lavoura orgânica voltada para a exportação (Alemanha) e outra, do tipo ‘convencional’ (conforme nomenclatura proveniente da ‘revolução verde’), destinada ao mercado interno. Qualquer que seja a finalidade da produção, o trabalho, basicamente temporário, é executado por pessoas vindas de outros lugares e que vivem

nas próprias fazendas onde trabalham (Ver foto 7). Isto acontece na época da colheita por conta da necessidade de mão-de-obra mais numerosa. Os trabalhadores ganham por produção, R\$ 0,80 por caixa colhida.



**FOTO 7** – O fenômeno da latência fica didaticamente representado pela “colônia” (ou “correr de casas”), criada pela antiga economia do café. Esta forma remanescente do habitat serve atualmente de moradia para duas famílias de trabalhadores permanentes que lidam com a lavoura do chuchu e também para assalariados temporários que chegam de Minas Gerais na época da colheita do caqui. A plantação observada na encosta ao fundo é feita em linha de maior declive. Os interespaços entre as fileiras de caquizeiros são ocupados pelo capim colônia. (Fazenda Boa Vista)

A reativação da cafeicultura no município data do início da década de 1970 por conta do Plano de Renovação e Revitalização da Cafeicultura formulado pelo IBC e implantado pelo Governo Federal. O objetivo foi reestruturar o chamado “parque cafeeiro”, beneficiando “alguns importantes segmentos da economia brasileira como o setor agrícola de exportação, a indústria de torrefação e moagem, a indústria de café solúvel e o consumo interno, aquela altura de 8 milhões de sacas anuais” (Motta Filho, 1992). Foram abertas linhas de crédito ao produtor, financiando todas as fases do cultivo: formação de mudas, plantio, poda, uso de fertilizantes, corretivos, defensivos e uso de equipamentos. As taxas de juros eram baixas, podendo chegar até 6% ao ano, dependendo da finalidade do empréstimo (Motta Filho, 1992). O plano incluía ainda o “Zoneamento Ecológico da Cafeicultura”, que indicava as áreas propícias a altos rendimentos dos cafezais. O principal critério utilizado neste zoneamento era a altitude. No Rio de Janeiro o plano estabelecia que a sua atuação se restringiria às áreas entre as cotas de 400 e 900 metros. Entretanto, o alcance dessa política no estado foi limitado: das 245 milhões de mudas que tiveram a formação financiada em todo o Brasil, apenas 4 milhões, isto é, menos de 2% do total, estavam no Rio de Janeiro. O município não foge à regra: apenas algumas fazendas reativaram a lavoura do café e mesmo assim numa escala que alcançou, na melhor hipótese, de 200 a 300 mil pés. Evidencia-se, nesse momento da sua história, a pouca importância da economia cafeeira do estado e do município em relação às demais áreas produtoras.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** – Este cenário nos permite afirmar que no processo de mudança, a expansão de atividades intensivas, diversificadas e integradas, foi possibilitada em grande parte pela permanência das unidades camponesas de produção. No entanto, tal evolução nem sempre as beneficiou: sua prosperidade ou declínio deu-se na medida das necessidades do desenvolvimento capitalista. Este fato consiste em exemplo paradigmático de como o capital interfere decisivamente na dinâmica social. Fica, assim, contemplada necessariamente a questão da sustentabilidade da

agricultura, fazendo-nos lembrar Caio Prado Júnior quando fala da “posição de privilégio” do grande proprietário.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o capitalismo no campo. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002. 3ª ed. p.100.
- GEORGE, P. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O. (org.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 3 ed. 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Por um novo programa agrário. São Paulo: Desep/PUC, 1993, (mimeo).
- IBGE. Carta Três Rios /1:50. 000. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.
- MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa. AGB. CD – ROM, 2002.
- LOVISOLO, H. R. Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação. Campinas: UNICAMP, 1989.
- MOTTA FILHO, J.P. Política de Racionalização da Cafeicultura no Brasil. Brasília: IBC, 1992.
- OLIVEIRA, A. U. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. 3ª ed.
- .O campo brasileiro no final dos anos 80. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002. 3ª ed. p. 45.
- PACHECO, M.E.L. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002. 3ª ed. p. 45.
- PRADO JR., C. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SANTOS, J.V.T. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- STÉDILE, J.P. A questão agrária e o socialismo. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 3ª ed. p.306.